



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 049

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SESSÃO Nº 049**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Pequeno Expediente:**

Dep. Elza Correia.....

Ordem do Dia:

Discussão / Votação

2ª Discussão

3ª Discussão

1ª Discussão

Discussão Única (Indicação).....

Explicações Pessoais:

Dep. Natálio Stica

Encerramento da Sessão Ordinária.....**Publicações:**

Comissão Executiva

Atos

Diretoria Geral

Portarias

Ata de Comissão

Com. de Const. e Justiça

Programa de Demissão Voluntária.

Pedido de Adesão

049ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE MAIO DE 2005**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputados José Domingos Scarpellini.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (41). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Mauro Moraes, Neivo Beraldin e Nelson Garcia (09). Achando-se em viagem representativa os Srs. Deputados: Reni Pereira, Artagão Júnior, Barbosa Neto e Hermes Fonseca (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Ordinária:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

Pequeno Expediente:**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Não havendo expediente a ser lido, concedo a palavra à Deputada Elza Correia, por cinco minutos.

Deputada Elza Correia (PMDB)**A SRA. ELZA CORREIA**

Sr. Presidente, pedi a palavra, amparada pelo Regimento, para deixar consignado o seguinte: hoje recebi várias ligações de organizações de defesa dos direitos humanos, principalmente mulheres, pedindo que eu me manifestasse nesta Sessão e me pronunciasse por escrito pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, o qual eu presido, no Paraná, porque a Vereadora Roseli Isidoro, do PT, numa discussão inflamada com

relação a um projeto na Câmara de Vereadores - a discussão faz parte do Parlamento, faz parte da democracia. A divergência de opiniões é natural, mas não pode fazer parte da democracia a tentativa de desqualificar, desmoralizar, falta de decoro parlamentar, como faltou, na Câmara de Vereadores ao Vereador Jônatas Pirkiel, ofendendo pessoalmente a Vereadora, com insinuações graves em relação à sua conduta moral, à sua conduta pessoal e ética.

Uma questão que não ofende apenas à Vereadora do PT; ofende a todos os Parlamentares, principalmente às mulheres que, a duras penas chegam no Parlamento, tendo que enfrentar muitas dificuldades, inclusive dentro dos seus Partidos, das instituições, dos movimentos, porque há, sim, ainda, na nossa sociedade - apesar de termos avançado bastante - muito preconceito e discriminação em relação às mulheres nas várias esferas e também na esfera política, às vezes de forma mais velada, às vezes de forma mais explícita, mas as mulheres sofrem, sim, ainda, muito preconceito e muita discriminação de modo geral em nosso País.

No Parlamento é a mesma coisa. A gente tem que matar dez leões por dia para mostrar que é tão parlamentar quanto os homens. Evidentemente estou generalizando, mas isso acontece, em nosso País e acontece aqui, na Câmara de Vereadores de Curitiba.

Portanto, houve uma ofensa, na minha avaliação bastante séria, que fere não só a Vereadora Roseli Isidoro, mas fere todas as mulheres parlamentares do nosso Estado, porque não é possível que numa discussão de divergências em relação a projetos, a conduta moral do parlamentar, homem ou mulher, seja colocada em xeque. Estou fazendo esse relato, porque considero da maior gravidade a falta de decoro parlamentar numa Sessão Plenária, como aconteceu na Câmara de Vereadores.

Está consignado a nossa solidariedade à companheira Roseli Isidoro e entendo que atitudes como essa devem sempre ser rechaçadas, não aceitas, ferem a democracia, o Direito e o Parlamento!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que faculta a utilização do Limite de Importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13.971/2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em votação a emenda, com parecer favorável da CCJ. **Aprovada. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/2004, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que institui o Programa Bolsa-Esporte, para a realização de projetos esportivos, visando valorizar e beneficiar atletas de alto rendimento, que estejam regularmente matriculados nas instituições de ensino da rede pública e privada do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECECT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

1ª Discussão

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a doação de alimentos por restaurantes e empresas que industrializam e/ou distribuem alimentos industrializados no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAICTM E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2004 de 28.04.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 141/2004 e 199/2004

P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 141/2004 e 199/2004 de autoria dos Exmos. Srs. Deputados Mauro Moraes e Luiz Accorsi, respectivamente, têm por designo dispor sobre a doação de alimentos por restaurantes e empresas que industrializam e/ou distribuem alimentos industrializados no Estado do Paraná.

Histórico

Chamada esta Comissão a manifestar-se, com sustentáculo no artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade dos referidos projetos de lei, que tratam da doação de alimentos para entidades filantrópicas sem fins lucrativos.

Fundamentação

Segundo a redação do artigo 927 e do 186, ambos do Código Civil, a responsabilidade civil não poderá ser afastada daquele que causar dano a outrem. A saber:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

“Art. 927. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo Único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

Desta maneira, o parágrafo 7º do Projeto de Lei nº 141/2004 mostra-se contrário a normas legais, sendo que uma maior divagação sobre o tema tornar-se-ia enfadonha.

Em contrapartida não vislumbramos mais nenhum óbice de natureza legal ou constitucional no corpo das proposições, sendo que encontra sustentáculo em nossa Carta Magna.

Desta forma, convém transcrever o artigo 23 da Constituição Federal, o qual ressalta a competência comum entre a União, os Estados e os Municípios para a promoção da Assistência Social, bem como da Saúde, vejamos:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública...”

Conclusão de Relatório

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifestar-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria apresentando um substitutivo geral para a composição dos projetos.

Vale articular que, não adentrando ao mérito das proposições, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AOS PROJETOS DE LEI Nº 141/2004 e 199/2004

Art. 1º Fica criado o Programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos, coordenado pelo Governo do Estado do Paraná, com o objetivo de captar doações de alimentos e promover a sua distribuição, diretamente ou por meio de entidades previamente cadastradas, a pessoas e famílias em estado de vulnerabilidade nutricional, nas condições estabelecidas pela Vigilância Sanitária.

§ 1º O programa terá como objetivo arrecadar junto às indústrias, cozinhas industriais, restaurantes,

mercados, feiras, sacolões ou assemelhados, alimentos, industrializados ou não, preparados ou não, que, por qualquer razão, tenham perdido sua condição de comercialização, sem contudo, terem sido alteradas as propriedades que garantam as condições plenas e seguras para o consumo humano, segundo órgão estadual competente.

§ 2º Produtos horti-fruti-granjeiros, *in natura*, também poderão ser doados, desde que estejam em bom estado de conservação e, sendo o caso, ainda dentro do prazo de validade.

Art. 2º A coleta e a distribuição dos alimentos doados deverão ocorrer em condições adequadas e devidamente autorizadas pela autoridade sanitária estadual ou municipal, mediante solicitação do doador.

Parágrafo Único. Poderão habilitar-se como doadores, pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pelos estabelecimentos referidos no artigo anterior.

Art. 3º A coleta e a distribuição dos alimentos a pessoas ou famílias poderão ocorrer diretamente ou por meio de entidades assistenciais, sem fins lucrativos, devidamente cadastradas, conforme critérios a serem definidos pelo Poder Executivo.

§ 1º Os estabelecimentos comerciais que participarem do programa estabelecerão os horários para as entidades beneficiárias retirarem os alimentos, ou a elas os entregarão diretamente.

§ 2º As entidades assistenciais que promovem a coleta e/ou distribuição de alimentos deverão informar periodicamente:

I - o trabalho social que realizem;

II - o número de pessoas ou famílias atendidas com as doações, preservando a identidade das pessoas físicas beneficiadas;

III - os locais de armazenamento, estocagem e distribuição dos alimentos a serem recebidos.

Art. 4º Caberá à Vigilância Sanitária do Estado do Paraná, inspecionar as condições de higiene e funcionários dos restaurantes e empresas distribuidoras de alimentos, verificados da mesma forma e rigor a qualidade dos alimentos disponibilizados para doação.

Art. 5º O Poder Executivo coordenará o programa, buscando racionalizar a coleta e a distribuição, devendo incentivar as ações previstas nesta lei, nos municípios do Estado, que serão responsáveis pela execução.

Parágrafo Único. O Poder Executivo poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas, objetivando a operacionalização das ações previstas nesta lei.

Art. 6º O Poder Executivo deverá promover campanhas de esclarecimentos e estímulo à doação, à redução de desperdício, ao aproveitamento integral de alimentos e às demais atividades de educação para consumo.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETOS DE LEI Nºs 141/2004 e 199/2004

P A R E C E R :

Dispõem os projetos supra de autoria dos eminentes Deputados Mauro Moraes e Luis Accorsi sobre doação de alimentos por restaurantes e empresas que industrializam e/ou distribuem alimentos industrializados no Estado do Paraná.

1 - Os Referidos projetos tramitaram pela douta Comissão de Constituição e Justiça onde receberam um substitutivo que os aglutinou por tratarem de matéria idêntica. A douta Comissão emitiu parecer favorável opinando pela constitucionalidade dos mesmos.

2 - Feito este sucinto histórico cabe-nos primeiramente cumprimentar os eminentes colegas por esta brilhante iniciativa que vai ao encontro de esforço nacional desencadeado pelo Sr. Presidente da República no sentido de erradicar de uma vez por todas o flagelo da fome que ainda está presente para uma grande parcela dos nossos irmãos brasileiros.

Isto posto tendo em vista que o referido projeto é constitucional e não onera o erário estadual somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 20.10.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

PEDRO IVO ILKIV - Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL**
PROJETOS DE LEI Nºs 141/2004 e 199/2004

P A R E C E R :

Relatório

Os projetos de lei, de autoria dos Deputados Mauro Moraes e Luiz Accorsi, dispõem sobre a doação de alimentos por restaurantes e empresas que industrializam e/ou distribuem alimentos industrializados no Estado do Paraná.

Fundamentação

As doutas Comissões de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade, e de Finanças, quanto ao mérito, já apresentaram pareceres favoráveis aos projetos anexados.

Conclusão

Isto posto, ao ser chamada a opinar a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL, acompanhada dos pareceres das Comissões, entendendo que a matéria é de mérito indiscutível e que trará

enormes benefícios para a população carente do nosso Estado.

Sala das Comissões, em 25.04.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETOS DE LEI Nºs 141/2004 e 199/2004

P A R E C E R :

Dos fatos e da fundamentação

Os presentes projetos de autoria dos Deputados Mauro Moraes e Luiz Accorsi, respectivamente, dispõem sobre doação de alimentos por restaurantes e empresas que industrializam e/ou distribuem alimentos industrializados no Estado do Paraná.

Do parecer

A referida proposta já existe com êxito em outros Estados brasileiros. Preliminarmente deve-se ressaltar que a função de promoção da Saúde e Assistência Social é de competência comum dos três entes federativos, conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 23, inciso II.

O substitutivo congrega uma fusão dos dois projetos e estabelece os critérios mínimos para a garantia da qualidade dos alimentos a serem consumidos, observando as exigências da vigilância sanitária, proporcionando segurança a quem receber os donativos.

Frise-se que é fundamental que se tenha o acompanhamento minucioso de parte do órgão de fiscalização da qualidade dos alimentos a serem consumidos pelos carentes, a fim de que se evitem eventuais processos judiciais de indenização que possam ser intentados em face do Estado e os doadores em razão da distribuição de donativos sem condições de consumo e que possam vir a prejudicar a saúde dos paranaenses.

Isto posto, somos favoráveis à regular tramitação da proposta.

Sala das Comissões, em 25.04.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação João XXIII para Evangelização, com sede e foro no Município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2004, de 09.08.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 282/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da Deputada Elza Correia, declara de Utilidade Pública a

Associação João XXIII, com sede e foro no Município de Londrina”.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que transfere o Município de Assaí para o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Saúde de Londrina. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2004, de 14/12/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 489/2004

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Geraldo Cartário, o Projeto de Lei nº 489/2004 pretende alterar a configuração do Núcleo Regional de Saúde de Londrina, acrescentando-lhe o município de Assaí. Em sua justificativa o autor afirma que o município de Assaí é atendido pelo sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana de Londrina, o que facilita o deslocamento de sua população para a sede do município de Londrina”. Atualmente o município de Assaí se encontra na base territorial regional de Cornélio Procópio, “o que dificulta enormemente a locomoção da população... quando necessitam de atendimentos médicos”, indica ainda o autor.

Do Parecer

Da forma como o Projeto de Lei nº 489/2004 se apresenta, afronta o texto constitucional republicano, mormente o artigo 61, parágrafo 1º, II, “b”, que determina ser de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a “organização administrativa...”. A mesma restrição se encontra no texto da Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 66, IV, que afirma ser privativo do Governador do Estado a “criação, estruturação e atribuição das secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”

Do Voto

O Projeto de Lei nº 489/2004 adequar-se-á ao estabelecido no texto constitucional através da emenda substitutiva que passa a integrar o presente parecer, e desta forma recebe o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 489/2004

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a transferir o Município de Assaí da área de abrangência do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Saúde de Cornélio Procópio para o Núcleo Regional da Secretaria de Saúde de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Apoioamento:

Luiz Accorsi, Duílio Genari, Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins e Elton Carlos Welter.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 489/2004

P A R E C E R :

Do Relatório

O nobre Deputado Estadual desta Casa de Leis, Geraldo Cartário, apresenta proposição autorizando a transferência do Município de Assaí da área de abrangência do Núcleo Regional de Cornélio Procópio para o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Saúde de Londrina, Estado do Paraná.

Da Fundamentação

A relevância e a importância social, focadas na menor distância entre os municípios de Assaí e Londrina, do que entre Assaí com Cornélio Procópio, merece a presente proposição apoio e consideração, pois traz benefícios com a diminuição dos custos operacionais do próprio Estado, dos municípios envolvidos e, principalmente, dos cidadãos que necessitam de assistência médica e hospitalar.

Da Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável à tramitação normal da proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.05.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - Diocese de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2005, de 22/02/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 35/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - Diocese de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 062/2005, de autoria do Deputado André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado por unanimidade. (Publ. no DA nº 008/2005, de 02/03/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2005

P A R E C E R :

Trata-se de projeto que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde.

Em seu artigo 2º define as fontes de receitas:

“I - total das receitas de impostos de natureza estadual;

II - receitas de transferências recebidas da União;

III - imposto de renda retido na fonte (IRRF);

V - outras receitas correntes.”

No seu artigo 4º enumera ações e serviços que não poderão ser computados como gastos:

“I - aposentadorias e pensões de pessoal inativo;

II - assistência à saúde de clientela fechadas;

III - merenda escolar;

IV - saneamento básico realizado por órgãos de administração direta, com recursos provenientes de taxas ou tarifas;

V - limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);

VI - preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente do Estado ou por entidades não governamentais;

VII - ações de assistência social não vinculadas diretamente à execução das ações e serviços referidos no artigo 3º e não promovidas pelo órgão de Saúde do SUS”.

Em sua justificativa o autor, além de elencar razões de mérito, apresenta defesa legal e constitucional para o projeto.

O percentual de 12% (doze por cento) estabelecido no artigo 1º, tem amparo na Resolução 316, de 04/04/2002 do Conselho Nacional de Saúde que determinou para 2004 tal percentual, portanto não se tem o que questionar.

O artigo 2º está amparado pela Emenda Constitucional nº 29 no seu artigo 7º, que alterou o artigo 77 da Constituição Federal de 1988, complementado pelo inciso II:

“No caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 155 e dos recursos que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios.”

Cabe ao legislativo deferir gastos que não devem nem podem ser computadas como despesas de ações e serviços de saúde pública, principalmente quando se fere o que preceitua a Constituição Federal, por exemplo:

- aposentadorias e pensões de pessoal inativo;

- saneamento básico realizado com recursos provenientes de taxas ou tarifas.

Propomos a supressão do artigo 5º, pois as disposições contrárias que se desejam revogar deverão estar explícitas.

Isto posto, entendemos que o presente projeto satisfaz as exigências desta Comissão.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei complementar, de autoria do nobre Deputado André Vargas, que objetiva regulamentar os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 062/2005, quanto ao mérito, tendo em vista que a matéria pretende ratificar que os recursos destinados para a Saúde Pública sejam calculados de forma correta e aplicados de maneira segura e justa.

Sala das Comissões, em 30.03.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei complementar, de autoria do nobre Deputado André Vargas, objetiva regulamentar os recursos mínimos para o financiamento da Saúde Pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde.

Na sua regular tramitação o projeto já obteve os pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e da de Finanças.

Sob a ótica da Comissão de Saúde, temos a considerar que o projeto reveste-se de salutar e providencial oportunidade, já que estabelece as premissas básicas para que os recursos advindos do orçamento do Estado para a saúde sejam calculados de forma correta e aplicados de maneira segura, de forma a garantir aos paranaenses um sistema de saúde justo e de qualidade, motivo pelo qual somos pelo parecer favorável ao presente projeto de lei complementar.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que institui no Estado do Paraná, o Dia Estadual dos Desbravadores. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2005, de 05/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, institui, no Estado do Paraná, o Dia Estadual do Desbravador.

Em sua justificativa, o nobre Deputado pretende homenagear de forma permanente, um clube de serviços que presta relevante contribuição para a formação de condutas consentâneas com os ditames legais de elevação do nível moral da juventude, alicerçados nos princípios do Criador do Universo. Seu trabalho é direcionado a jovens, na idade da infância e juventude, equilibrando alegria e aventura com regulamentos e princípios, dentro de uma didática séria, criando uma estrutura adequada que ajuda a atravessar melhor a difícil fase da puberdade.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/2005, de autoria do Deputado Hermes Fonseca Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Vinte e Cinco e Linha Férrea e Sem Teto de Ibaiti, com sede e foro no Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2005, de 19/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 204/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Vinte e Cinco e Linha Férrea e Sem Teto de Ibaiti, com sede e foro no Município de Ibaiti.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucional, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Casa Lar Samuel, com sede e foro no Município de Rolândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2005, de 19/04/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 205/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Casa Lar Samuel, com sede e foro no Município de Rolândia.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Luiz XV,

com sede e foro no Município de Ivaiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/2005, de 02/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 238/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Luiz XV, com sede e foro no Município de Ivaiporã.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/2005, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 677/2005, que dispõe sobre a publicação dos atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 265/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão publicados em periódico próprio, separados do Diário Oficial do Estado do Paraná, ficando a cargo do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, a sua impressão, divulgação, circulação e comercialização.

Parágrafo Único - A publicação dos atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná terá periodicidade semanal, ficando a critério da instituição a respectiva alteração, através de ato próprio, sem prejuízo de edições extraordinárias.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor em 2 de junho de 2005.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2005.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

O Tribunal de Contas do Estado ao longo dos anos obteve um grande incremento das suas atividades fiscalizatórias, acompanhando o crescimento e o desenvolvimento da administração pública estadual e dos

municípios e, ainda, com as inovações trazidas pela administração pública estadual e dos municípios e, ainda, com as inovações trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso demanda cotidianamente um número cada vez maior de processo administrativo, requerendo ações efetivas de publicidade, entre outras, especialmente para a garantia dos direitos fundiários ao contraditório e a ampla defesa.

E com esse intuito, lança mão de uma publicidade única e própria, aprimorando seus mecanismos de controle e transparência, haja vista o número crescente de processo e julgamentos realizados pela Instituição.

Por outro lado, a proposta visa oferecer ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado a expectativa de uma nova receita com a comercialização do periódico, que atenderá toda a administração estadual e as municipais, incluindo, ainda, entidades privadas beneficiárias de transferência voluntárias e demais interessados.

Submeto, respeitosamente, a V. Exa., o presente projeto de lei.

Curitiba, 04 de maio de 2005.

HEINZ GEORG HERWIG
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 265/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná dispõe em seu artigo 1º que “os atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão publicados em periódico próprio, separado do Diário Oficial do Estado do Paraná, ficando ao cargo do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, a impressão, divulgação, circulação e comercialização.”

Não encontro óbice à aprovação do projeto em estudo, pois se trata de projeto constitucional e legal que atende aos requisitos de técnica legislativa, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 265/2005

Art. 1º Os atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná serão publicados em periódico próprio, ficando a cargo do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, a impressão, divulgação, distribuição, circulação e comercialização.

Parágrafo Único. A publicação dos atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná terá periodicidade semanal, ficando a critério da instituição a respectiva alteração, através de ato próprio, sem prejuízo de edições extraordinárias.

Art. 2º Onde se lê “Diário Oficial do Estado” nos artigos 41, 43, 45 e 55, V, da Lei nº 5.615, de 11 de agosto de 1967, leia-se no “periódico próprio do Tribunal de Contas do Estado.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ICMS, incidente sobre a carne bovina, bubalina e suína. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 40/2005, de 10/05/2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 267/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, objetiva alterar legislação do ICMS incidente sobre a carne bovina, bubalina e suína.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nenhum óbice de natureza constitucional ou legal.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 267/2005, opinando-se pela sua aprovação, que visa melhorar as condições econômicas, a renda e o emprego no Estado do Paraná, atendendo o pleito da Comissão Técnica da Bovinocultura de Corte, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e do Bloco Agropecuário Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Discussão Única (Indicação)

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 021/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, propõe a conclusão das obras de pavimentação asfáltica da BR-487 (Estrada Boiadeira) no trecho que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/2004, de 17/05/2005).**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Queria registrar que o projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, foi apenas votada a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Foi votada a constitucionalidade.

Foi aprovada a constitucionalidade de 1ª Discussão por unanimidade.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Exatamente.

Segunda-feira, nós vamos discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Quero informar aos Srs. Deputados que nós vamos convocar o Presidente da Assembléia e os Deputados, para a Sessão de segunda-feira, na hora regimental.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

Apenas para relembrar aos Deputados, que temos aqui no nosso salão nobre, o lançamento da Revista Bem Público, do jornalista Mario Milani. Teremos um coquetel. Uma revista importante que está sendo distribuída para os Srs. Deputados.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Só para mais uma vez agradecer ao Plenário a votação favorável ao meu requerimento. Dizer que a vinda do Presidente da COPEL ou de alguém do corpo técnico que ele julgar necessário é também uma homenagem à qualidade dos técnicos da COPEL que em momento nenhum podem ser colocados aqui pelo Deputado Vanhoni, professor de Hidráulica do Centro dos Estudos Hidráulicos da Universidade do Paraná junto com a COPEL.

A qualidade e a excelência da engenharia paraense não podem ser questionadas nem de brincadeira, muito menos numa nota de jornal que ameaça a população de um tsunami que, se Deus quiser, não acontecerá.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado Natálio Stica.

Deputado Natálio Stica (PT)

O SR. NATÁLIO STICA

Só para concluir minha fala, já que fui cortado abruptamente pelo rigor do horário que a Mesa impôs.

Espero que daqui para frente seja assim, porque é bom e salutar que tenhamos o cumprimento do horário, Sr. Presidente. Concordo com V. Exa.

Quero, rapidamente, dizer e concluir meu raciocínio dizendo que é normal encarmos a Oposição fazendo um verdadeiro “carnaval” em cima do que está acontecendo no Estado do Paraná.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. que pertence ao Bloco da Oposição, é um novo Paraná que nós temos. São quatro mil quilômetros de estradas que estão sendo feitas suas recuperações, sendo destes, dois mil, numa parceria com a PETROBRAS.

Hoje acabamos de ter uma conversa junto com o Secretário Renato Adur, que tem dado uma demonstração inequívoca do seu comportamento em prol deste Estado, aonde fecha uma parceria de mais de 1500 quilômetros de asfalto urbano, ou sejam os municípios que vão receber, agora financiados pela PETROBRAS, com aval do Governo do Estado e mais do que isto: com 20% a fundo perdido, pagos pelo Governo do Estado e mais do que acabar com a buraqueira que existe em todos os municípios do Estado do Paraná. É o governo Requião deixando um novo Estado, é o governo Requião fazendo deste Estado compromisso que assumiu na campanha e que nós, do PT, avalisamos.

Portanto, para não tomar mais tempo - até porque temos uma homenagem, agora, que será feita ao lançamento de uma revista no Estado do Paraná - queria apenas concluir meu raciocínio e repetir: é o Paraná que se desenha nas rodovias, das cidades bem cuidadas e de um governo que sobretudo pensa e faz um trabalho em prol do povo do Estado do Paraná.

Era isto o que eu queria concluir, Sr. Presidente, e tenha meu apoio no rigor do horário, a partir de agora, nas Sessões Plenárias.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria pedir a V. Exa. que determinasse ao pessoal da assessoria, às notas taquigráficas, porque todos nós, aqui, somos responsáveis pelas nossas ações.

Agora, pelo registro nos anais da Casa são responsáveis o Setor de Taquigrafia - que aliás faz um trabalho extraordinário - mas, no meu caso, quando da votação aqui nesta Casa, do BANESTADO, eu votei contra a venda do BANESTADO, registrado que foi pelo Deputado Orlando Pessuti, daquele local, porque ele era Líder da Oposição naquele momento, e não consta o meu voto como voto contrário. Nem o meu e nem o da Deputada Erondy Pugliesi, que junto comigo votou.

O que aconteceu? O Sindicato dos Bancários, numa oportunidade, editou um comunicado, um boletim, onde consta só os Deputados da Bancada da Oposição, na época, como tendo votado contrário.

Eu pedi essa retificação para o pessoal dos bancários, que prontamente atendeu, reconhecendo que havia sido um engano. Ainda hoje, recebo um e-mail por conta da CPI do BANESTADO, que foi feita nesta Casa, dando conta que eu teria votado a favor da venda do BANESTADO.

Eu não vou entrar no mérito da questão, aqui, mas gostaria que V. Exa. determinasse que houvesse uma correção neste sentido, porque eu sempre assumi aquilo que

fiz. E naquele momento, votei contrário à venda do BANESTADO, sendo este o meu voto, então.

Peço a V. Exa., se tiver possibilidade, que na condição de Presidente possa solicitar que seja colocado nos Anais da Assembléia daquele momento, o meu voto, que foi contrário, como também o voto da Deputada Erondy Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Nós vamos, antes de determinarmos a alteração, determinamos ao sistema de gravação da Casa, que teve oportunidade, naquele momento, de acompanhar a votação, e posteriormente nós faremos esta solicitação de V. Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) **(Pela Ordem)**

Até se precisar de testemunha, eu estava aqui nas galerias, lutando pela não privatização do Banco e lembro-me do voto do Deputado Zucchinho, contrário à privatização do Banco.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do projeto de Lei nº 323/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 267 e 579/2003; 141, 282, 467 e 489/2004; 035, 111, 171, 181, 190, 204, 205, 224, 238, 240, 241, 256/2005 e do Projeto de Lei Complementar nº 062/2005.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 233/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo

em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6159, datado de 31 de agosto de 2004, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte dos proventos de Dorival Delagassa, matrícula nº 577, residente à rua Santo Antonio, nº 438, Jardim Santa Mônica, Piraquara, Paraná, portador do RG nº 206.854, SSPR e CIC nº 109.469.349-91, funcionário inativo, aposentado no Cargo em Comissão simbologia DAS-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com base no Laudo Médico nº 014/2005, expedido por Junta Médica desta Casa e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto nº 3000/99 - Regulamento do Imposto de Renda, e nos termos do artigo 5º, inciso XIII, da Instrução Normativa nº 15/2001, SRF.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 234/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 809, datado de 24 de fevereiro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte dos proventos do ex-Parlamentar JOSÉ LÁZARO DUMONT, residente e domiciliado à Rua Padre Francisco João Azevedo, nesta Capital, portador do RG nº 573.447-9 e CPF nº 003.612.169-04, nos termos do artigo 39, incisos XXXI e XXXIII, do Decreto Federal nº 3000, de 26 de março de 1999, e tendo em vista o Laudo Médico nº 010/2005 - ALEP.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 236/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1603, datado de 21 de março de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte dos proventos de GILBERTO LAMPARELLI SILVA, matrícula nº 178, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, aposentado no cargo em

Comissão, simbologia DAS-4, de acordo com o artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto Federal nº 3000, de 26 de março de 1999.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 237/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2006, datado de 04 de abril de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte dos proventos de JURANDIR AVAHE MESSIAS, matrícula nº 50054, portador do RG nº 168.906 e do CIC nº 005.492.159-12, pensionista desta Assembléia Legislativa, na condição de ex-Parlamentar, com base no Laudo Médico nº 017/2005, expedido por Junta Médica desta Casa, e na forma do artigo 39, inciso XXXIII, do Decreto Federal nº 300/99 - Regulamento do Imposto de Renda, e nos termos do artigo 5º, inciso XIII, da Instrução Normativa nº 15/2001, SRF.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02.05.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 45/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2943, datado de 27 de abril de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, ANTONIO ALVES DA COSTA, matrícula nº 40579, de trinta (30) dias, a partir de 25 de abril de 2005, término 25 de maio de 2005, CID 10.E.11 + I10 E78.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.05.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

PORTARIA Nº 47/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em

vista o que consta do processo protocolado sob nº 3233, datado de 04 de maio de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, NOEL CANDIDO MORES JÚNIOR, matrícula nº 40970, de sessenta (60) dias, a partir de 03 de maio de 2005, término 01 de julho de 2005, CID 10.F20.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.05.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ata de Comissão

Comissão de Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Barbosa Neto, Duílio Genari, José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Nelson Justus, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião ordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Delegado Bradock. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 98/2005, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 102/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior, lido pelo Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, acolhendo emenda do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 224/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 06) Projeto de Lei Complementar nº 122/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 125/2005, de autoria do Deputado Valdir Rossoni e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto, acolhendo emenda do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 159/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Os Deputados Delegado Bradock e Reni Pereira SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 232/2005, de

autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, lido pelo Deputado André Vargas - APROVADO. Os Deputados Delegado Bradock e Elton Carlos Welter SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 41/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 143/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 170/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 175/2005, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Deputado José Maria Ferreira SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 178/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 196/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ademar Traiano - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 256/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 265/2005, de autoria do Tribunal de Contas. Os Deputados José Maria Ferreira, André Vargas e Delegado Bradock SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 18) Projeto de Lei nº 225/2005, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter, lido pelo Deputado André Vargas - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 579/2003, de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 282/2004, de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 467/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 35/2005, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 181/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 190/2005, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 205/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 238/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 240/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

JUSSILEINE ROCIO DE LARA NATAL, matrícula nº 40568, endereço: R. Sebastião Francisco Cortiano, 18/01, Cajuru, Curitiba / PR - CEP 80140-020, com remuneração mensal estimada de R\$1.157,56, CPF

766.732.199-04, telefone 3376-9771, lotação DA, data de nascimento: 20/06/1970.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 069, de 02 de fevereiro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, no período compreendido entre os dias 15 de fevereiro a 31 de agosto de 2005, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Nível 061 - Administração.

Curitiba, 24 de maio de 2005.

(a) JUSSILEINE ROCIO DE LARA NATAL

→ // → // → // → // → // → // → // → // →